

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - CEPE

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA 2017**

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2017.

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
CNPJ	10.921.252/0001-07
Inscrição Estadual	0022408-15
Sede	Recife/Pernambuco
Tipo de Estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador	Governo do Estado de Pernambuco
Tipo Societário	Sociedade anônima
Tipo de Capital	Fechado
Abrangência de atuação	Estadual
Setor de atuação	Editorial e Gráfico
Diretor Administrativo e Financeiro	Bráulio Mendonça Meneses
Auditor Independente atuais da empresa	Baker Tilly Brasil Recife Responsável Técnico: Marcelo Sávio da Silveira Alves (81) 99186-2043 marcelosavio@btpe.com.br
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	André Wilson de Queiroz Campos - CPF: 165.096.094-87 Luiz Ricardo Leite De Castro Leitão – CPF: 046.829.124-53 Ennio Lins Benning - CPF: 478.803.844-72 Sileno Souza Guedes – CPF: 519.713.564-68 Gustavo Vasconcelos Negromonte - CPF: 782.504.204-20
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa	Luiz Ricardo Leite De Castro Leitão CPF: 046.829.124-53 Diretor-Presidente Bráulio Mendonça Meneses CPF: 055.312.684-91 Diretor Administrativo e Financeiro Edson Ricardo Teixeira De Melo CPF: 229.941.306-53 Diretor de Edição e Produção

SUMÁRIO

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	4
1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	4
2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	5
3. POLÍTICAS PÚBLICAS	6
4. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDEM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	8
5. RECURSOS PARA CUSTEIO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIROS DECORRENTES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	9
6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES	10
7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE CONTROLES INTERNOS	11
8. FATORES DE RISCO	13
9. REMUNERAÇÃO	14
10. CONCLUSÃO	15

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, subscrita pelo Conselho de Administração, destina-se à sociedade e reúne as principais informações relativas às práticas de políticas públicas e de governança corporativa adotadas pela empresa, conforme detalhamento nos tópicos seguintes.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A CEPE presta serviços de edição e publicação do Diário Oficial do Estado, de gestão e guarda documental e de digitalização de documentos do mercado público e privado. Além disso, ainda presta serviços gráficos no geral e realiza certificação digital, voltada para a comprovação da autenticidade de dados. Sua atuação abrange o Estado de Pernambuco, por meio da sua sede situada na capital.

No exercício 2017, as receitas brutas provenientes dos segmentos de atuação totalizaram um montante de R\$ 46,9 milhões, distribuídos da seguinte forma:

SEGMENTO	VALOR EM 31/12/2017	PARTICIPAÇÃO
Diário Oficial	R\$ 33.709.092	71,80%
Digitalização	R\$ 10.788.386	22,98%
Serviços Gráficos	R\$ 1.679.659	3,58%
Livros	R\$ 440.680	0,94%
Revistas	R\$ 333.025	0,71%

Apesar de o faturamento bruto obtido ter sido 27% maior que no ano anterior, o lucro líquido da empresa no exercício foi negativo em R\$ 303,9 mil, devido principalmente à alta de mais de 68% na inadimplência – especialmente do setor público.

2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, art. 8º, § 1º, o interesse público da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, respeitadas as razões que motivam a autorização legislativa da sua criação, manifesta-se por meio do alinhamento entre seus objetivos e aqueles de políticas públicas, na forma explicitada nesta Carta Anual - subscrita pelo Conselho de Administração.

A CEPE é uma sociedade de economia mista, organizada sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Casa Civil. Sua constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 6.065 de 1967, com o principal objetivo de publicar e divulgar atos oficiais de interesse público. Serviços nesse sentido já eram realizados desde 1924, por meio do Diário do Estado e da Repartição de Publicações Oficiais.

Hoje, apesar de a publicação do Diário Oficial do Estado ainda ser a principal atividade realizada, tanto em termos de demanda quanto de faturamento, a CEPE presta vários outros serviços, como: digitalização e guarda de documentos, certificação digital, serviços gráficos, edição e publicação da Revista Continente e do Suplemento Pernambuco.

A preservação da memória e dos valores pernambucanos é imprescindível para a construção da história do Estado. A sociedade necessita ter acesso a documentos relevantes, principalmente no que se refere ao Poder Público; isso contribui para o fortalecimento do controle social. Além disso, o fortalecimento deste controle proporciona o *accountability*, já que o mesmo é composto de três dimensões - informação, justificação e punição. A primeira, proporcionada também pelos serviços prestados pela CEPE, viabiliza a prestação de contas pelos Poderes, demonstrando consciência da correta utilização dos recursos públicos.

Outro aspecto social identificado dos benefícios gerados pelas atividades prestadas pela Companhia é a modernização do setor público, no que se refere à gestão documental. Ter documentos estratégicos arquivados de modo sistêmico em meio digital é mais seguro e otimiza a consulta aos mesmos; é uma tendência percebida no cenário nacional que, nos últimos anos, deixou de ser uma opção e passou a ser uma necessidade. Outro benefício percebido pela digitalização é a possibilidade de realizar análises mais assertivas e gerenciamento mais eficiente dos dados e informações.

Em suma, percebe-se que dar publicidade e preservar as informações oficiais do poder público contribui para o fomento da cidadania e manutenção da memória da imprensa pernambucana. Desse modo, é possível afirmar que a CEPE figura como um elo entre o Governo e a população do Estado de Pernambuco.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo plano estratégico de longo prazo do Governo do Estado, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Pernambuco 2035, Pernambuco é o terceiro Estado com maior transparência do país. Ainda assim, definiu-se como meta para o horizonte 2035 posicioná-lo como líder nacional em governos abertos, ampliando e promovendo cada vez mais a transparência nas instituições do setor público.

Nesse contexto, a Companhia Editora de Pernambuco exerce papel fundamental na promoção da transparência e informação à sociedade. O seu objetivo social é representado por meio de missão institucional definida que é a de “publicar os atos oficiais e matérias legais, fazer a gestão documental, serviços gráficos e editoriais com excelência e segurança, fomentando a cultura e a comunicação como contribuição à cidadania”.

Em seu Estatuto Social, no art. 3º, constam as finalidades específicas da Companhia Editora de Pernambuco, que são:

- I. Impressão, distribuição e comercialização dos jornais oficiais deste Estado, de artigos escolares e de escritório, de livros, inclusive didáticos, revistas, especialmente culturais, e demais publicações oficiais e particulares
- II. Industrialização e comércio de artefatos de papel;
- III. Serviços de clipagem;
- IV. Processamento e digitalização de imagens;
- V. Gestão documental e guarda de documentos;
- VI. Atuar como concessionária de serviços de telecomunicação e de mídia, através de todos os meios de veiculação existentes ou que venham a ser criados;
- VII. Armazenamento, controle, distribuição e comunicação pela rede de informações internet ou através de outras tecnologias futuras, sempre com vistas a promover, incentivar e divulgar a educação, esportes, cultura e a arte, notadamente quando vinculadas ou oriundas do Estado de Pernambuco
- VIII. Por delegação, recolher e preservar documentação permanente referente às informações de ações governamentais e de suas interações com a Sociedade.

A fim de continuar alinhada ao interesse público e manter o comprometimento com a segurança e qualidade na prestação dos serviços, bem como para consecução do objeto social e de suas finalidades acima listadas, poderá a CEPE utilizar seus recursos próprios ou habilitar-se perante os órgãos competentes. Isso deverá ser realizado por meio das Leis de Incentivo à Cultura nos âmbitos federal, estadual e municipal ou por meio do aporte de recursos oriundos do tesouro estadual, mediante o aumento do Capital Social. Assim, por

meio de investimentos com recursos próprios, a Companhia apoia diversos eventos e concursos voltados para o âmbito literário.

Na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, a CEPE aparece vinculada ao Programa abaixo demonstrado, com as três atividades explicitadas e com o objetivo de divulgar os atos oficiais dos poderes executivo, legislativo e judiciário estaduais, bem como publicações particulares de natureza legal e fornecer serviços gráficos em geral, aos setores público e privado:

1. Programa 0026 – Serviços editoriais e gráficos para o Estado:

a) Atividade 2074 – Digitalização, gestão e guarda de documentos;

- Finalidade: digitalizar, gerir e guardar documentos intermediários do poder público estadual, em virtude da Lei Estadual nº 15.529/15;

b) Atividade 3397 – Produção de serviço gráfico:

- Finalidade: suprir o Estado de serviços gráficos;

c) Atividade 3399 – Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet:

- Finalidade: divulgar as leis e demais atos resultantes do processo legislativo previsto na Constituição do Estado; dos atos oficiais dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e as publicações particulares decorrentes de disposições legais via mídia eletrônica.

Em tópicos a seguir, serão demonstrados os valores previstos e realizados para as atividades acima discriminadas.

4. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDEM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei Orçamentária Anual – LOA, prevista no art. 165 da Constituição Federal, é o instrumento de planejamento que estabelece os orçamentos fiscal, de investimento das empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante, e o orçamento da seguridade social.

Na LOA 2017 do governo do Estado de Pernambuco, constam dotações orçamentárias previstas para cada uma das atividades que a CEPE é responsável, conforme detalhamento:

ATIVIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos	R\$ 7.000,00
3397 - Produção de serviço gráfico	R\$ 5.000,00
3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet	R\$ 28.000,00

O total de R\$ 40.000,00 é a dotação autorizada na LOA para consecução das três atividades indicadas do Programa 0026. É importante destacar que esses valores são todos da fonte 0241 - recursos financeiros exclusivamente próprios da entidade, ou seja, fruto de esforços próprios da Companhia.

5. RECURSOS PARA CUSTEIO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIROS DECORRENTES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A CEPE viabiliza a consecução das ações previstas relacionadas a políticas públicas do Governo Estadual, principalmente, por meio da publicação do Diário Oficial do Estado (que é a mais relevante fonte de receita). No entanto, a atual conjuntura da economia nacional e, conseqüentemente, estadual, com forte restrição orçamentária, tem afetados os resultados da Companhia – visto que ela se utiliza de recursos próprios para realizar investimentos e que o seu principal cliente que é o Governo do Estado apresenta alto nível de inadimplência, nos últimos anos.

Desse modo, abaixo, seguem os valores realizados para cada atividade prevista na LOA, cujo desempenho foi superior ao estimado:

ATIVIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESPESA REALIZADA
2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos	R\$ 7.000,00	R\$ 1.902.148,00
3397 - Produção de serviço gráfico	R\$ 5.000,00	R\$ 59.230,00
3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet	R\$ 28.000,00	R\$ 124.871,00

Para melhor monitoramento do impacto das ações realizadas pela Companhia, tanto interna quanto externamente, foram definidos os seguintes indicadores que passarão a ser monitorados continuamente no exercício 2018:

- Faturamento bruto;
- Acessos ao Diário Oficial;
- Custo de manutenção operacional;
- Índice de satisfação dos clientes;
- Produtividade de digitalização.

Esses indicadores estão descritos no Plano de Negócios 2018 e na Estratégia de Longo Prazo 2018-2022 da Companhia Editora de Pernambuco, com maior detalhamento e respectivas metas e ações a serem realizadas para alcançá-las.

6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

O exercício de 2017 foi bastante desafiador para a Companhia Editora de Pernambuco. A crise econômico-financeira nacional, intensificada em 2016, ainda gerou bastante impacto nas atividades da Companhia. Isso foi resultado principalmente da dificuldade no recebimento de recursos do governo estadual atrelada ao fato de o faturamento do mesmo representar cerca de 80% do total apurado (em média, nos últimos três anos). Foi necessário adaptar a estratégia da empresa, em busca de equilíbrio econômico-financeiro – ainda não alcançado em sua plenitude.

Em contrapartida, neste ano, a CEPE conseguiu obter maior destaque nos resultados operacionais. Foi intensificado o segmento de digitalização, obtendo-se um faturamento quase 140% superior ao do exercício de 2016. Além disso, com a oferta de um novo serviço, o de certificação digital, a Companhia deverá expandir ainda mais a sua atuação nos próximos anos, demonstrando modernidade e pioneirismo no segmento. Ainda relacionado ao âmbito operacional, ressalta-se a separação ocorrida entre a Revista Continente e o Suplemento Pernambuco, passando a ser dois produtos distintos, voltados para públicos diferentes.

Vale destacar ainda a realização de ações em prol da melhoria e do desenvolvimento contínuo da gestão. Exemplo disso, foi a construção, com auxílio da SEPLAG, do plano estratégico da Companhia; foi feito de modo participativo, contando a colaboração de todos os níveis organizacionais da CEPE. Partindo de um diagnóstico institucional e revisão da identidade da organização, definiu-se a estratégia para o horizonte 2019, contemplando a elaboração do mapa estratégico e discriminação dos indicadores que seriam utilizados para monitorar os objetivos delineados. Em paralelo, reconhecendo a necessidade de melhoria dos resultados, foi instituído um grupo multidisciplinar para analisar possibilidades de redução de despesas.

Outro pilar fortalecido em 2017 foi a comunicação interna; é fato que ainda é necessário continuar investindo nisso, porém as iniciativas realizadas neste ano foram de extrema importância para o aprimoramento desse aspecto. Por meio da realização de campanhas internas (como outubro rosa, novembro azul, CEPE 50 anos, dentre outras) e da implementação do jornal interno “Por Dentro da CEPE”, foi possível alinhar um pouco mais as informações e expectativas dos colaboradores.

Com relação a ações publicitárias, a Companhia participou de mais de 90 eventos no decorrer do ano, dos quais 40% foram de lançamentos e relançamentos de livros. Ainda, foi realizada a terceira edição do Prêmio CEPE Nacional de Literatura e publicados mais de 40 livros impressos, dos quais 4 foram vencedores da segunda edição deste Prêmio e 5 vencedores de um outro, o Prêmio Pernambuco de Literatura, - realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Cultura e a FUNDARPE.

Já no âmbito da modernização, vários projetos importantes foram iniciados/concluídos; pode-se citar aqui a implantação do sistema de automação do Diário Oficial, cujo contrato foi assinado em abril de 2017 e está em fase de conclusão.

7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE CONTROLES INTERNOS

A CEPE sempre teve como princípios norteadores de sua governança corporativa: a transparência, a ética, a equidade e a prestação de contas. No entanto, não havia uma estrutura formal em seu organograma responsável por gerenciar os controles internos e os riscos. Com o advento da Lei Federal nº 13.303/16, em 2018, será instituído o SCI – Setorial de Controle Interno, que passará, dentre outras responsabilidades, a identificar, avaliar, monitorar e minimizar os riscos a um nível aceitável pela administração.

Hoje, a nossa estrutura de governança corporativa é constituída por: Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Auditoria Externa, Presidência, Diretoria Administrativa e Financeira e Diretoria de Produção e Edição. Como apoio, diretamente vinculados à Presidência, existem também 8 órgãos, que são eles: Gabinete (dividido em Chefia de Gabinete e Assessoria de Gabinete), Coordenação de Planejamento Institucional, Ouvidoria, Coordenação de Contratos e Convênios, Assessoria de Comunicação Social e a Comissão de Licitação. O organograma da nossa atual estrutura será apresentado mais adiante. O novo setor a ser instituído, o SCI, deverá ser vinculado diretamente à Presidência.

Conforme o Estatuto Social vigente, o Conselho de Administração da CEPE é composto por 5 administradores, que se reúnem ordinariamente. Já o Conselho Fiscal é formado por 3 conselheiros que se deliberam ordinariamente a cada três meses. Além disso, como suporte, também temos uma Ouvidoria de Atendimento ao Cliente, responsável por estabelecer um canal direto com a sociedade. Recebe todas as sugestões, denúncias, críticas e elogios, tratando-as e direcionando-as para os setores responsáveis.

Também em decorrências das adequações à Lei Federal nº 13.303/16, deverão ser feitas outras ações voltadas para a estruturação de controles internos e gerenciamento de riscos. Uma delas é que será instituída, ainda no primeiro semestre de 2018, uma plataforma

digital a ser disponibilizada no site da CEPE para recebimento de denúncias a serem direcionadas para a Comissão de Ética.

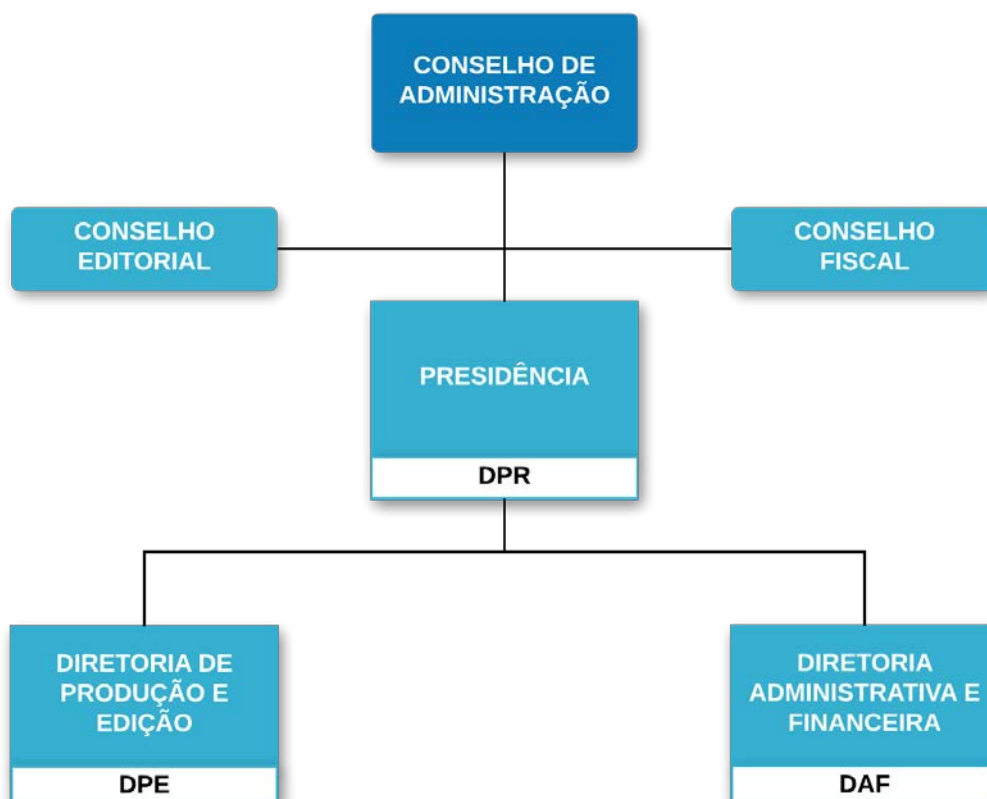
Contatos:

Ouvidoria:

- Telefones para contato: (81) 3183.2736 e 0800-0811201;
- E-mail: ouvidoria@cepe.com.br;
- Formulário eletrônico: link no [site da CEPE](#).

Página da LAI (Lei de Acesso à Informação):

- Pelo [site da CEPE](#);
- Pela [página da LAI](#).



8. FATORES DE RISCO

Risco pode ser definido como a ocorrência de situações futuras, cujo resultado ainda é desconhecido, bem como a forma de lidar com o mesmo; pode gerar efeito negativo ou positivo sobre um objeto, sobre uma situação. Desse modo, é notável a necessidade de realizar um bom gerenciamento de riscos dentro da empresa, até para melhor tomada de decisão e elaboração de planejamentos.

A CEPE, pela essência do setor de atuação, bem como pelo porte da Companhia, não possuía iniciativas organizacionais voltadas para o gerenciamento de riscos e, conseqüentemente, não possui em um documento formal o mapeamento dos riscos existentes e inerentes ao seu negócio. Como já mencionado no tópico 6, estão em andamento ações voltadas para melhoria da governança corporativa, que contemplam a instituição de uma área voltada para o gerenciamento de controles internos e riscos. Ao longo do exercício 2018, deverão ser realizadas análises e verificações voltadas para os fatores de risco do negócio.

9. REMUNERAÇÃO

Os critérios para a remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são definidos no Estatuto Social da CEPE, sendo desvinculados dos critérios de remuneração dos empregados, a fim de evitar possíveis conflitos de interesse. No Estatuto vigente, constam os seguintes critérios:

- a) Conselho de Administração: será fixada pela Assembleia Geral, observados os critérios da Lei Federal nº 6.404/76;
- b) Conselho Fiscal: terão a remuneração que a Assembleia Geral fixar, que será a mínima prevista em lei;
- c) Diretoria Executiva: cada diretor perceberá uma remuneração mensal fixada pela Assembleia Geral da sociedade.

Desse modo, as remunerações mensalmente pagas aos conselheiros foram fixadas em percentuais sobre a remuneração mensal dos diretores da CEPE, sendo 15,6% para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Abaixo, seguem os valores hoje vigentes:

CARGO	REMUNERAÇÃO
Diretor-presidente	R\$ 13.426,05
Diretor	R\$ 12.659,63
Conselheiro de Administração	R\$ 2.098,70
Conselheiro Fiscal	R\$ 2.098,70

10. CONCLUSÃO

O Conselho de Administração da Companhia Editora de Pernambuco aprova esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, atendendo aos objetivos de governança preconizados pela Lei Federal nº 13.303/2016 e o Decreto Estadual nº 43.984/2016.

Recife, 28 de junho de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

André Wilson de Queiroz Campos
Presidente

Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão
Conselheiro

Ennio Lins Benning
Conselheiro

Gustavo Vasconcelos Negromonte
Conselheiro

Sileno Souza Guedes
Conselheiro

